SPMS EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

Parecer	Despacho/Deliberação
Concordo. Aguardar OT do CA. 2015/11/05 Rogério Pereira Rodrigues Vogal do Conselho de Administração	O CA aprovou. 2015/11/09 Rogério Pereira Rodrigues Vogal do Conselho de Administração Artur Trindade Mimoso Vogal do Conselho de Administração

N.º: **091/DF/2015** Data: **5 de novembro de 2015**

Assunto: **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3.º TRIMESTRE DE 2015**

Finalidade

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), proposta de aprovação do *"Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 3.º trimestre de 2015"*.

Antecedentes

2. Nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do setor empresarial do Estado):

   "2 - Os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

   3 - Nos relatórios referidos no número anterior, os titulares dos órgãos de administração especificam o nível de execução orçamental da empresa, assim como as operações financeiras contratadas."

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. Av. João Crisóstomo, nº 9 - 3º piso | 1049-062 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

3. Além disso, e alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do mesmo diploma, dispõe que:

   "1 - As empresas públicas estão obrigadas a divulgar:

   (...) i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;"

4. No que respeita à intervenção do Fiscal único, a alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterados pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, refere que:

   "2 — Ao fiscal único compete, especialmente: (i) Dar parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão e sobre os relatórios trimestrais de execução orçamental."

5. Por último, o artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março (Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015), exige que:

   "4 — Trimestralmente, até ao dia 30 do mês seguinte ao do termo do trimestre, as entidades referidas no n.º 1, com exceção das previstas no artigo 20.º, procedem à apresentação, do relatório da execução orçamental, elaborado pelo competente órgão fiscalizador ou, na sua falta, pelo respetivo órgão de gestão."

Análise

6. O Relatório de Execução Orçamental relativo ao 3.º trimestre de 2015, que se apresenta em anexo, apresenta um total de recebimentos de € 34.709.067,00 e um total de pagamentos de € 28.663.624,00, o que, adicionando o saldo proveniente da gerência anterior, no valor de € 15.813.695,00, resulta num saldo orçamental, a 30 de setembro de 2015, de € 21.859.138,00.

7. No que respeita às Demonstrações Financeiras trimestrais, com referência a 30 de setembro de 2015, as mesmas apresentam um resultado líquido positivo de € 3.416.180,33 e um ativo líquido de € 28.180.341,96.

8. Ao nível dos indicadores verifica-se em geral uma boa performance, no entanto, dever-se-á seguir com atenção a evolução dos indicadores relacionados com os gastos com ajudas de custo, deslocações e estadas, comunicações e frota automóvel considerando as limitações legais.

9. Neste âmbito referir, que atendendo a que já se verifica a ultrapassagem de alguns dos limites, foi dirigido ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde[1] pedido de exceção da regra da manutenção da despesa nos termos do n.º 3 do artigo 61.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2015, de 31 de dezembro).

10. Por último, no presente relatório trimestral evidencia-se o grau de incerteza acerca da forma de financiamento da SPMS, por forma a fazer face ao determinado no Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro (situação presentemente em análise).

[1] Cfr. Ofício n.º 3559, de 28 de outubro de 2015, e respetiva resposta a solicitar informação para o efeito (Ofício n.º 11659, de 29 de outubro de 2015, do GabSES).

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. Av. João Crisóstomo, nº 9 - 3º piso | 1049-062 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

Conclusões

11. O "Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 3.º trimestre de 2015", reflete a execução orçamental dos respetivos trimestres de 2015 e está em condições de ser aprovado.

Proposta

12. Pelo que antecede, propõe-se ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:

    a. Aprovação do Relatório Trimestral de Execução Orçamental referente ao 3.º trimestre de 2015.
    b. A remessa do mesmo para apreciação do fiscal único, conhecimento da DGTF e DGO.

À consideração superior,

O DIRETOR FINANCEIRO

Leonel Sanches

Assinado de forma digital por Leonel Sanches
DN: c=PT, o=Ministério da Saúde, ou=Serviços Partilhados do Ministério da Saúde Epe, cn=Leonel Sanches
Dados: 2015.11.05 16:20:59 Z

Anexos:

- Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2015

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. Av. João Crisóstomo, nº 9 - 3º piso | 1049-062 Lisboa | Tel.: 211 545 600| Fax: 211 545 649

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.º Trimestre de 2015

SPMS EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

I. Índice

I. Índice 1

II. Introdução 2

III. Execução do orçamento 2

1. Análise Orçamental Global 2
2. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2015 3
3. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2015 4

IV. Demonstrações Financeiras 6

1. Balanço 6
2. Demonstração de Resultados 7
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa 8
4. Notas 9

V. Indicadores 13

VI. Demonstrações financeiras ajustadas 14

VII. Conclusão 16

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

II. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro[1], da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)[2] e do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março[3].

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa.

III. Execução do orçamento

1. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos.

Indicadores Económicos (Unidade Monetária: Euros)	setembro 13	setembro 14	setembro 15
Total de Recebimentos	32.349.710,00 €	27.346.116,00 €	34.709.067,00 €
Saldo de gerência anterior	9.199.874,00 €	12.722.631,00 €	15.813.695,00 €
Total de Pagamentos	28.215.338,00 €	31.871.172,00 €	28.663.624,00 €
Saldo do Mês	**13.334.246,00 €**	**8.197.575,00 €**	**21.859.138,00 €**

Em setembro de 2015 os recebimentos são superiores aos pagamentos, no entanto nos próximos meses haverá um maior equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos efetuados.

[1] Regime jurídico do setor empresarial do Estado.

[2] Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro.

[3] Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

2. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2015

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS

set-15 — Un: euro

Descrição			Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup.	Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[2]+[3]-[4]-[7]	[10]=[7]/[1]
4.1.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	31.646 €	- €	1.297 €	- €	1.297 €	- €	1.297 €	- €	- €	4,1%
4.8.0	R06.09	RESTO DO MUNDO	761.413 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R05.03	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	60.000 €	- €	4.521 €	- €	4.521 €	- €	4.521 €	- €	- €	7,5%
5.1.0	R07.02	SERVICOS	59.767.350 €	5.023.628 €	33.127.485 €	105.206 €	29.848.048 €	4.855.201 €	34.703.249 €	- €	3.342.658 €	58,1%
5.1.0	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	- €	100,0%
			76.434.104 €	5.023.628 €	48.946.998 €	105.206 €	45.667.561 €	4.855.201 €	50.522.762 €	- €	3.342.658 €	66,1%

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 66%.

À data deste relatório a execução da receita está abaixo da execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS ainda não ter emitido faturação no âmbito dos projetos de desenvolvimento e do PRITIC referentes ao contrato programa com a ACSS.

O valor da receita cobrada referente ao ano anterior já antigiu 97% do montante registado como receita por cobrar no início do ano.

O valor do saldo de gerência do ano anterior ascendeu a 15.813.695 € e encontra-se devidamente integrado no mapa da execução da receita, pelo que manter-se-á inalterável até ao final do ano.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de setembro.

Receita (Unidade Monetária: Euros)	setembro 13	setembro 14	setembro 15
Valor Orçamentado	60.945.074,00 €	71.618.778,00 €	76.434.104,00 €
Valor Executado	41.549.584,00 €	40.068.747,00 €	50.522.762,00 €
Taxa de Execução	**68,18%**	**55,95%**	**66,10%**

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

3. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2015

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS

set-15 — Un: euro

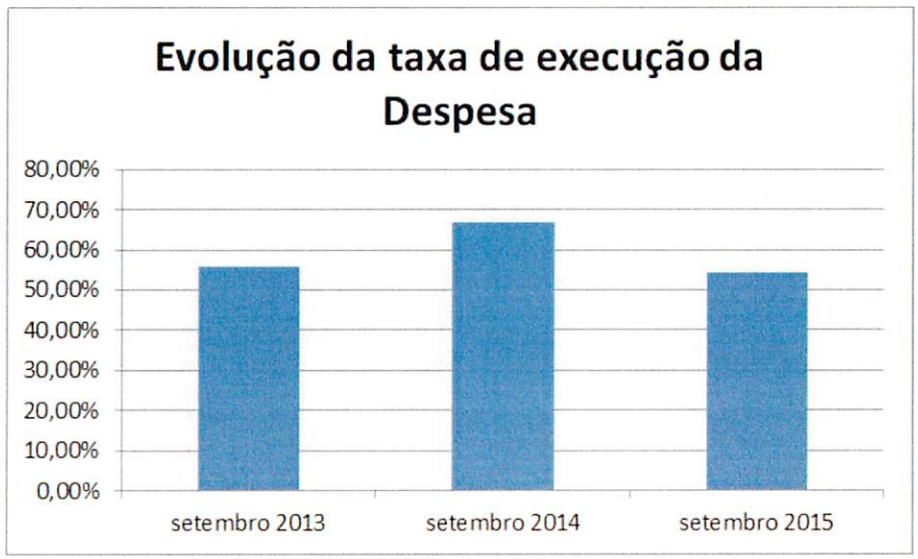
Font. Fin.	Agrup.	Designação	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
		Descrição	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
4.1.2	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	31.646 €	- €	31.646 €	- €	- €	31.646 €	31.646 €	- €	0,0%
4.8.0	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	761.413 €	- €	761.413 €	- €	- €	761.413 €	761.413 €	- €	0,0%
5.1.0	D01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	6.461.932 €	- €	6.461.932 €	6.127.965 €	4.703.343 €	333.967 €	1.758.589 €	1.424.622 €	72,8%
5.1.0	D01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	150.570 €	- €	150.570 €	145.180 €	110.970 €	5.390 €	39.600 €	34.210 €	73,7%
5.1.0	D01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.659.083 €	- €	1.659.083 €	1.417.256 €	1.003.012 €	241.827 €	656.071 €	414.244 €	60,5%
5.1.0	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	765.675 €	77.363 €	688.312 €	677.695 €	282.520 €	10.617 €	405.792 €	395.175 €	41,0%
5.1.0	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	38.498.274 €	6.098.416 €	32.399.858 €	30.219.915 €	16.970.762 €	2.179.944 €	15.429.096 €	13.249.153 €	52,4%
5.1.0	D03.06	ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0	D06.02	DIVERSAS	7.161.478 €	1.343.491 €	5.817.987 €	5.337.494 €	4.946.655 €	480.492 €	871.332 €	390.840 €	85,0%
5.1.0	D07.01	INVESTIMENTOS	4.760.779 €	- €	4.760.779 €	709.268 €	646.362 €	4.051.511 €	4.114.417 €	62.906 €	13,6%
			60.251.850 €	7.519.270 €	52.732.580 €	44.634.773 €	28.663.624 €	8.097.807 €	24.068.956 €	15.971.149 €	54,4%

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 54,4% abaixo da taxa padrão de 75%. Tal deve-se, em parte à integração do crédito especial no valor de 5.719.500 €, o qual ainda não não se encontra executado.No entanto prevê-se um aumento do grau de execução da despesa no último trimestre.

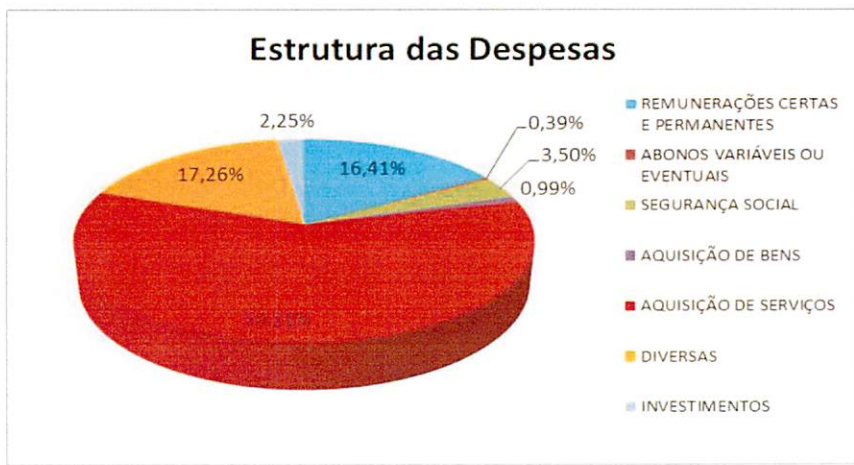
No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos com referência ao mês de setembro. Em setembro de 2015 verifica-se um nível de pagamentos de 28.663.624 €.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Despesa (Unidade Monetária: Euros)	setembro 13	setembro 14	setembro 15
Valor Orçamentado	51.664.920,00 €	55.805.564,00 €	60.251.850,00 €
Valor cativo	1.291.623,00 €	8.133.082,00 €	7.519.270,00 €
Valor Executado	28.215.338,00 €	31.871.172,00 €	28.663.624,00 €
Taxa de Execução	**56,01%**	**66,85%**	**54,36%**



Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa. Do valor total pago no 3º trimestre, 59% corresponde a aquisição de serviços e 20% corresponde a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social) e 17% a despesas diversas (IVA e outros impostos):



© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

IV. Demonstrações Financeiras

1. Balanço

SPMS

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Balanço Individual em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

	30.set.15	30.set.14
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1.085.019,05	201.571,26
Ativos intangíveis	-	7.017,24
Ativos por impostos diferidos	-	715.000,00
Total do Ativo Não Corrente	1.085.019,05	935.893,21
Ativo corrente		
Clientes	3.342.658,72	98.891,38
Estado e outros entes públicos	-	2.359.276,22
Outras contas a receber	1.867.665,59	8.576.014,53
Diferimentos	81.845,41	269.426,99
Caixa e depósitos bancários	21.803.153,19	7.744.600,76
Total do Ativo Corrente	27.095.322,91	15.863.226,36
Total do Ativo	28.180.341,96	16.799.119,57
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital Próprio		
Capital realizado	6.000.000,00	6.000.000,00
Reservas Legais	-	791.428,40
Outras Reservas	-	1.500.000,00
Resultados transitados	9.489.274,93	1.853.887,66
Resultado líquido do período	3.416.180,33	3.138.781,23
Total do Capital Próprio	18.905.455,26	12.833.071,11
Passivo		
Passivo não Corrente		
Provisões	-	-
Total dos Passivos não Correntes	-	-
Passivo Corrente		
Fornecedores	1.489.908,13	2.865.623,63
Estado e outros entes públicos	638.197,44	452.162,39
Outras contas a pagar	4.097.671,13	3.375.205,63
Diferimentos	3.049.110,00	0,00
Total dos Passivos Correntes	9.274.886,70	3.966.048,46
Total do Passivo	9.274.886,70	3.966.048,46
Total Capital Próprio e do Passivo	28.180.341,96	16.799.119,57

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

2. Demonstração de Resultados

SPMS EPE

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	30.set.15	30.set.14
Vendas e serviços prestados	25.590.862,31	28.327.834,78
Subsídios à exploração	19.979,22	96.597,94
Fornecimentos e serviços externos	(15.091.476,76)	(18.021.709,54)
Gastos com o pessoal	(5.212.805,12)	(6.009.161,15)
Imparidades em dívidas a receber (aumento)	42.931,13	-
Provisões (aumento)	-	-
Outros rendimentos e ganhos	163.009,01	72.223,19
Outros gastos e perdas	(325.401,75)	(116.996,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5.187.098,04	4.348.788,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(836.889,19)	(94.965,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.350.208,85	4.253.823,23
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado antes de impostos		4.253.823,23
Imposto sobre o rendimento do período	(934.028,52)	(1.115.042,00)
Resultado líquido do período	**3.416.180,33**	**3.138.781,23**

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS EPE

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

	30.set.15	30.set.14
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	34.683.244,62	31.562.208,79
Pagamentos a fornecedores	(17.808.134,20)	(25.754.133,36)
Pagamentos ao pessoal	(4.800.882,49)	(3.323.967,95)
Caixa gerada pelas operações	12.074.227,93	2.484.107,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.532.660,10)	(2.262.025,97)
Outros recebimentos/pagamentos	(4.373.700,52)	(4.867.966,79)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	6.167.867,31	(4.645.885,28)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(646.844,61)	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	(646.844,61)	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	5.521.022,70	(4.645.885,28)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.542.130,49	12.390.486,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22.063.153,19	7.744.600,76

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

4. Notas

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No final do exercício de 2014 foram finalizados os trabalhos relacionados com o levantamento dos ativos provenientes das entidades que deram origem à SPMS, EPE, aquando da sua constituição, bem como os que resultaram da transferência de atribuições originárias da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS,I.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, levada a efeito por uma entidade independente (American Appraisal, Consultores de Avaliação, Lda.), o que se traduziu num aumento desta rubrica, face ao período homólogo.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Os ativos intangíveis reconhecidos referem-se a software's e licenças que a 30 de setembro de 2015 já se encontram totalmente amortizados.

Clientes

No final do 3º trimestre de 2015 os valores em dívida de clientes aumentaram significativamente comparativamente ao 3º trimestre de 2014. Tal deve-se, em parte, ao facto da ACSS estar a dever um mês de "Prestação de Serviços em Contínuo (Manutenção)" do Contrato-Programa.

Outras contas a receber

No saldo desta conta consta o acréscimo de de rendimentos relativos ao presente ano, provenientes da faturação a emitir à ACSS no âmbito do contrato programa de 2015, bem como a faturação a emitir a diversas entidades da saúde pelos serviços partilhados prestados.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Capital

O capital estatutário de 6.000.000 euros é detido a 100% pelo Estado Português, encontra-se integralmente realizado a 30 de setembro de 2015.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 3.327.758,87 Euros, foi transferido para resultados transitados.

Provisões

A 31 de dezembro de 2014 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 260.000 euros referente a processos judiciais em curso. Em setembro de 2015 a SPMS teve que pagar o valor provisionado pelo que a provisão foi anulada.

Fornecedores

Comparativamente a 30 de setembro de 2015 verifica-se um aumento do montante de dívidas a fornecedores. No entanto, no último trimestre pretende-se que a dívida a fornecedores seja inferior ao período homólogo do ano anterior.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a impostos sobre o rendimento, IVA, contribuições ao Estado e à estimativa de imposto efetuada.

Outras Contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias, subsídio de férias e os respetivos encargos e valores referentes ao projeto comunitário Expand e ao projeto SITAM.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito do contrato programa com a ACSS e serviços partilhados com diferentes entidades da saúde.

Subsídios à exploração

Os valores registados nesta rubrica referem-se a projetos comunitários e extra comunitários no âmbito da saúde.

Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados nesta rubrica referem-se essencialmente a subcontratações no âmbito do contrato programa com a ACSS.

Gastos com o pessoal

No 3º trimestre de 2015 o valor registado nesta rubrica é inferior em relação ao valor registado no período homólogo do ano anterior. Esta situação ocorreu porque em 2015 o subsídio de férias foi registado através da anulação do acréscimo efetuado para férias e subsídio de férias.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresenta um aumento em relação ao mesmo período de 2014, tal deve-se ao pagamento de multas, quotizações e ao reconhecimento de correções relativas a exercícios anteriores.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica apresenta o respetivo gasto tendo em conta os ativos adquiridos em 2015, bem como os ativos registados em 2014 que transitaram de outras entidades.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 30 de setembro de 2015, evidencia um resultado líquido do período de 3.416.180,33 €.

Recebimentos de clientes

Em 2015 os recebimentos que ocorreram referem-se essencialmente aos valores já faturados em 2015, nomeadamente o adiantamento no âmbito do contrato programa com a ACSS e também aos valores recebidos relativos a dívida existente a 31 de dezembro de 2014.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um valor inferior face ao período homólogo do ano anterior, no entanto este valor aumentará no último trimestre.

Pagamentos ao pessoal

O pagamento ao pessoal apresenta um aumento face ao período homólogo do ano anterior devido à alteração do método de contabilização de gastos com o pessoal na DFC. Em 2014 apenas constavam nesta rubrica os valores liquidos pagos ao pessoal, no entanto em 2015 considera-se que a DFC deve refletir o valor bruto de encargos com o pessoal, pelo que se acrescentou ao valor líquido, anteriormente considerado, os descontos que foram retidos e entregues ao estado e que são da esfera do trabalhador. Os encargos patronais, da responsabilidade da SPMS, decorrentes do pagamento dos vencimentos, são registados em outros pagamentos.

Pagamentos do imposto sobre o rendimento

Nesta rubrica estão refletidos o 3.º pagamento por conta de 2014, o montante da liquidação de IRC por via da entrega do Modelo 22 e os dois primeiros pagamentos por conta de 2015.

Outros Pagamentos/Recebimentos

Nesta rubrica verifica-se uma variação positiva no 3º trimestre de 2015 face ao 3º trimestre de 2014. Esta situação deve-se ao fato de em 2014 os pagamentos respeitantes a investimentos de ativos terem sido registados nesta rubrica. Esta situação foi regularizada em 2015.

Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica refere-se a pagamentos referente a aquisições de imobilizado. No ano de 2014 os pagamentos respeitantes a investimentos de ativos foram registados na rubrica de outros pagamentos.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

A SPMS apresenta um saldo elevado no final do período, no entanto face aos pagamentos a efetuar nos restantes meses de 2015 este saldo irá diminuir no próximo trimestre. A SPMS irá continuar a cumprir todas as suas obrigações, mantendo um desempenho positivo.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência ao mês de setembro.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	setembro 15	Limite/objetivo
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	3.416.180,33 €	4.645.859,00 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	67%	79%
Liquidez geral	Ativo Circulante: Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos de Curto Prazo: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	2,92	4,16
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	2,04	Na
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	4.350.208,85 €	6.237.059,00 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	5.187.098,04 €	8.138.159,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	15.091.476,76 €	28.700.000,00 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	25.816.781,67 €	44.900.300,00 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	178.515,95 €	145.010,32 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	12.861,21 €	9.653,00 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	86.943,08 €	73.145,98 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	5.212.805,12 €	8.002.141,00 €
Gastos Operacionais (€)	Rendimentos Operacionais - EBITDA	NA	DR	20.629.683,63 €	36.762.141,00 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	25.590.862,31 €	44.480.300,00 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais	Volume de Negócios	DR	81%	<83%
Gastos com Frota Automóvel	Combustiveis + Locação + seguros	NA	Balancete	19.226,13 €	30.828,99 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	34.683.244,62 €	54.791.191,25 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	17.808.134,20 €	36.869.400,00 €
Prazo médio de pagamento (dias)	Média Fornecedores dos ultimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balnço e DR trimestral	49,94	38,15
Prazo médio de recebimento (dias)	Média dos Clientes dos ultimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balnço e DR trimestral	28,81	40,21
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		0,58	0,95
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.831.019,23 €	Na
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.150.049,51 €	Na
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	19.979,22 €	Na

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

VI. Demonstrações financeiras ajustadas

No dia 25 de setembro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei n.º 209/2015 que estabelece o regime da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «SomosContas» e «Somos Pessoas» para a SPMS.

As posições jurídicas compreendem a universalidade de bens e direitos detidos por cada uma daquelas entidades e afeta ao exercício das atividades em causa, e abrange todo o ativo e passivo, património físico e jurídico e posições em contratos em vigor que integram aquelas universalidades.

As entidades que transmitem as posições jurídicas são o SUCH — Serviço de Utilização Comum dosHospitais (SUCH), o Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E., o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., e o Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E., no caso do Agrupamento Complementar de Empresa 'Somos Compras' e apenas o SUCH no caso dos Agrupamentos Complementares de Empresas 'Somos Contas' e 'Somos Pessoas'.

Estabeleceu ainda aquele normativo que os Agrupamentos são dissolvidos no prazo de 60 dias após a entrada em vigor do mesmo.

No diploma supracitado não há qualquer referência direta ou indireta à via pela qual a SPMS será dotada dos meios financeiros com vista à liquidação dos Agrupamentos acima referidos.

Porque na presente data não existe informação suficiente sobre a natureza dos direitos e obrigações transmitidos, sobre a qualidade dos ativos e a existência de eventuais responsabilidades não contabilizadas nem sobre como a SPMS irá ser financiada com vista a cobrir o passivo proveniente daqueles Agrupamentos, optou-se por apresentar as Demonstrações Financeiras da SPMS sem o impacto do supracitado diploma e, de forma separada, apresentar o Balanço a 30 de setembro já refletindo esse mesmo impacto, ainda que com esta limitação.

Neste contexto, apresenta-se o Balanço a 30 de setembro, refletindo a integração dos saldos dos agrupamentos utilizando método do somatório linha a linha do conjunto dos Balanços Individuais.

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

SPMS

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Balanço Individual em 30 de setembro de 2015
com ajustamentos da integração dos ACE's SOMOS

(Valores expressos em euros)

	30.set.15	Ajustamentos ACE's	30.set.15 Ajustado
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1.085.019,05	-	1.085.019,05
Ativos intangíveis	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	-	-	-
Total do Ativo Não Corrente	1.085.019,05	-	1.085.019,05
Ativo corrente			
Clientes	3.342.658,72	1.735.009,62	5.077.668,34
Estado e outros entes públicos	-	8.008,50	8.008,50
Outras contas a receber	1.867.665,59	89.908,86	1.957.574,45
Promotores dos ACE's	-	33.248.385,88	33.248.385,88
Diferimentos	81.845,41	-	81.845,41
Caixa e depósitos bancários	21.803.153,19	-	21.803.153,19
Total do Ativo Corrente	27.095.322,91	35.081.312,86	62.176.635,77
Total do Ativo	28.180.341,96	35.081.312,86	63.261.654,82
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	6.000.000,00	-	6.000.000,00
Resultados transitados	9.489.274,93	-10.843.231,32	-1.353.956,39
Resultado líquido do período	3.416.180,33	-3.048.881,64	367.298,69
Total do Capital Próprio	18.905.455,26	-13.892.112,96	5.013.342,30
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	-	-	-
Total dos Passivos não Correntes	-	-	-
Passivo Corrente			
Fornecedores	1.489.908,13	2.135.379,64	3.625.287,77
Estado e outros entes públicos	638.197,44	-	638.197,44
Financiamentos obtidos	-	22.496.413,32	22.496.413,32
Promotores dos ACE's	-	18.769.985,73	18.769.985,73
Outras contas a pagar	4.097.671,13	5.571.647,13	9.669.318,26
Diferimentos	3.049.110,00	-	3.049.110,00
Total dos Passivos Correntes	9.274.886,70	48.973.425,82	58.248.312,52
Total do Passivo	9.274.886,70	48.973.425,82	58.248.312,52
Total Capital Próprio e do Passivo	28.180.341,96	35.081.312,86	63.261.654,82

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

VII. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

- Existe um grau de incerteza relevante acerca da forma de financiamento da SPMS para fazer face à transmissão das posições juridicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas e, consequentemente, da dissolução dos mesmos, no prazo de 60 dias, conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro.
- As contas deste trimestre têm uma limitação relacionada com o facto de ainda não existir um apuramento completo da qualidade dos ativos transmitidos, designadamente do seu grau de realização, bem como a aferição de eventuais passivos não inscritos na contabilidade (juros de dívidas, por exemplo).
- O grau de execução da despesa está abaixo do previsto mas a situação tenderá a normalizar no último trimestre de 2015;
- A execução da receita apresenta uma taxa superior à execução da despesa, devido à integração do saldo, no entanto, no último trimestre a situação será equilibrada.

SPMS, em Lisboa, 30 de outubro de 2015

****

© 2015 SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE